

Influências do Contexto Universitário na Construção de Uma Identidade Negra Positiva

Autor: Ricardo Hosannah de Carvalho

Resumo

Este artigo teórico busca analisar as possíveis influências e contribuições do ambiente universitário sobre a construção da identidade negra, sendo esta entendida como a construção de sentimento de identificação e pertencimento ao grupo étnico-racial negro. Além disso, visa entender a possibilidade de construção de uma identidade negra positiva no Brasil, que é um país com uma construção histórica colonial e escravocrata, amplamente marcado pela discriminação e preconceito. O estudo teórico realizado levantou que, apesar das dificuldades, existem possibilidades de construção de identidades negras positivas no país, nas quais são valorizadas a origem, a cultura e as características físicas dos negros e no qual estes agem como agentes críticos para a construção de uma sociedade menos racista. Ainda, foi destacado que o ambiente acadêmico pode contribuir como recurso valioso na construção dessa identidade negra positiva, desde que assuma um papel ativo, fomentando a criação de atividades acadêmicas voltadas, de forma crítica, para a temática das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Identidade Negra; Pertencimento Identitário; Preconceito Racial; Contexto Universitário.

A sociedade brasileira é caracterizada por uma diversidade cultural, decorrente do seu processo histórico marcado pela miscigenação de povos diferentes. Entretanto, apesar dos esforços, o país ainda mantém, arraigado em sua cultura, valores e visões que desqualificam a população negra, sua origem, sua cultura e suas características físicas.

A cultura entendida como um sistema aberto e dinâmico, é promotora de um saber coletivo, transmitido através das gerações, que constitui o ser humano e que é constituído por ele (Madureira & Branco, 2012). Nesta linha, compreender a identidade negra é compreender como a negritude foi configurada ao longo dos anos e quais implicações essas configurações provocam na forma como o sujeito negro compreende a si mesmo, suas experiências cotidianas e o mundo social ao seu redor.

A história brasileira é marcada pelo colonialismo, no qual os povos europeus impuseram seus valores e crenças sobre os demais povos. Sendo assim, desde aquela época, tudo aquilo que se afasta dos parâmetros estabelecidos pelos europeus (como, por exemplo, padrão de beleza com pele branca, traços do rosto finos, cabelo liso; religião católica, vestimenta característica) sofre discriminação e preconceito. (Marques, 2018) Além disso, o passado escravocrata faz com que essa discriminação, se manifeste de forma mais contundente contra os negros, por meio de violências diretas ou simbólicas. (Neves & Silva, 2019)

Nesta linha, há uma construção simbólica negativa relativa ao grupo étnico-racial negro na cultura brasileira, decorrente dessa construção histórica de negação, desprezo e medo de tudo que se relaciona diretamente à herança ancestral africana. Muitas vezes, essa construção se expressa por meio do racismo, que pode ocorrer de forma clara e evidente ou de forma sutil e velada, como na construção do mito da democracia racial, que nega a existência do racismo e contribui para a manutenção de práticas discriminatórias e para a não realização de políticas públicas afirmativas (Neves & Silva, 2019).

A construção de uma identidade se constitui a partir da interação entre pessoas e grupos diversos. Nessa interação o sujeito realiza um processo de comparação os demais, no qual passa a reconhecer as suas semelhanças e as suas diferenças. Vale ressaltar que essas diferenças são simbólicas, construídas historicamente pela cultura. Muitas vezes, a identificação desse outro como diferente ocorre de forma negativa e classificatória, criando processos de exclusão ou marginalização (Woodward, 2000). Sendo assim, a construção de um olhar sobre si mesmo e sobre o sentimento de identificação e pertencimento a um determinado grupo étnico-racial é fortemente

influenciada por como a cultura simboliza esse grupo, permeando as relações e os espaços sociais.

A universidade, por se tratar de uma instituição social, é atravessada pelos valores culturais, por este motivo, tendem a produzir e reproduzem as relações preconceituosas arraigadas nessa cultura. No entanto, são as próprias instituições escolares que possuem o papel de formação das novas gerações, o que as tornam peças-chave na possibilidade de transformação social, desde que se mobilizem para a construção de um olhar crítico sobre formas de preconceito vigentes e para a construção de uma identidade negra positiva. (Madureira & Branco, 2012).

Nesse sentido, é imprescindível a produção de pesquisas e de conhecimentos mais aprofundados sobre a temática étnico-racial, visando evidenciar o racismo e outras forma de preconceito ainda presente no país. Ainda, é preciso conferir visibilidade acerca das medidas que vêm sendo tomadas em prol do enfrentamento da discriminação e de garantia de igualdade de oportunidades e tratamento. Essa posição visa colaborar para construção de uma cultura que valorize a diversidade étnico-racial e que promova a construção de uma identidade negra positiva.

Nesta linha, este artigo teórico tem como objetivos:

- Compreender a complexidade do ambiente universitário e sua influência na construção da identidade de alunos negros;
- Contribuir para o debate sobre o racismo no Brasil;
- Entender a possibilidade de construção de uma identidade negra positiva no Brasil.

As Construções Identitárias e Suas Influências

O termo identidade se remete ao verbo identificar, que significa tornar-se igual ou idêntico a algo ou alguém e, ao mesmo tempo, tornar-se diferente ou distinto de um outro. Nesse sentido, identidade está relacionada ao somatório de atributos que tornaria uma pessoa única, singular. Cada um desses atributos advém de fontes diferentes como nacionalidade, gênero, etnia/raça, religião, profissão, entre outros. Portanto, para realizar uma autoidentificação, ou seja, para descrever quem se é, o sujeito realiza um processo de comparação os demais seres humanos, no qual passa a reconhecer as suas semelhanças e as suas diferenças (Galinkin & Zauli, 2011).

Deste modo, a identidade é, necessariamente, relacional, pois ela se constitui a partir da troca vivencial entre grupos sociais diversos. Além disso, a identidade também possui um viés político, pois envolve relações de poder que foram historicamente construídas. No entanto, as diferenças que são estabelecidas entre esses grupos são simbólicas, ou seja, é construída a partir dos sentidos que os seres humanos atribuem as suas práticas e relações. Nesta linha, pertencer a um determinado grupo identitário está relacionado a encontrar sentidos de semelhança em atributos materiais (vestimentas, adereços, etc.) e sociais (como são “vividas” as relações sociais). Neste último, a não identificação com o diferente pode ser construída de forma classificatória, de modo que ele passa a ser visto como de menor valor, abrindo caminho para processos de exclusão ou marginalização (Woodward, 2000).

Logo, para constituir-se enquanto ser humano, é necessário a presença desse outro, que aparece envolto nas construções simbólicas, culturais, sociais e históricas. Portanto, não é possível conceber o ser humano sem os aspectos sociais e culturais, o que rompe com a visão dicotômica entre o social e o individual. (González Rey & Bizerril, 2015). Desta forma, a cultura não é apenas uma variável a ser considerada no desenvolvimento humano, ela é parte constitutiva dele, sendo que sem contextos sociais estruturados não é possível o desenvolvimento de funções psicológicas humanas, ou seja, não é possível tornar-se humano (Madureira & Branco, 2012).

A cultura é um sistema aberto e dinâmico, que engloba a produção humana e os diversos processos de significação. Ela engloba tanto uma dimensão material como uma dimensão simbólica - de significação do mundo e de si mesma. Pela cultura, o ser humano pôde construir um aprendizado coletivo, que é transmitido através das gerações, com o qual ele é constituído e sobre o qual ele constitui, em um processo mútuo de estabilidade e transformação. Nesta linha, o racismo presente na cultura, de forma explícita ou simbólica, traz implicações na forma como o sujeito compreende a si mesmo e como vivencia as suas experiências cotidianas, tanto no âmbito cognitivo quanto no âmbito afetivo (Madureira & Branco, 2012). Desta forma, os modos como a cultura simboliza as identidades sociais (racial, de gênero, sexual, de nacionalidade, entre outras) estão intimamente ligadas na forma como o sujeito irá construir a si mesmo, a sua visão de mundo, a sua individualidade.

Em contrapartida, não podemos desmerecer a participação do próprio sujeito no seu processo de construção psicológica. González Rey e Mitjáns Martínez (2017) afirmam que o sujeito é dotado de uma singularidade, capaz de proporcionar uma visão

singular, mesmo compartilhando de aspectos sociais, culturais e históricos comuns a outros seres humanos. Os autores se utilizam do termo subjetividade para explicar essa singularidade, descrevendo-a como uma constante produção simbólico-emocional do indivíduo, criando uma realidade única, gerada a partir de cada uma de suas experiências vividas e sob a influência de seu momento histórico e cultural.

Nesse sentido, a construção subjetiva de si e do mundo não é fixa ou estável. Como essa construção também decorre das experiências vividas, ela está em constante modificação. Logo, a adesão, rejeição ou abandono de uma identidade social, ou seja, do sentir-se pertencente a determinado grupo social de referência (Gomes, 2003), é inconstante, podendo ser fortalecidas, enfraquecidas ou abandonadas, dependendo das vivências e de como elas serão simbolizadas pelo sujeito.

Sendo assim, os significados culturais presentes em determinado contexto e a inserção do sujeito em diferentes instituições sociais perpassadas por valores culturais impactam de formas diferentes os sujeitos diversos, pois cada um possui uma individualidade, produzida a partir de suas experiências prévias. Logo, as instituições de ensino superior podem influenciar na construção da identidade negra não só através do conteúdo que é ministrado, mas também pelas experiências que esse ambiente proporciona e como elas repercutem nos estudantes em termos subjetivos.

Universidade como Campo de Conhecimento e Experiências

A universidade é uma instituição cuja função básica é o aperfeiçoamento acadêmico de seus alunos em determinada área do conhecimento. No entanto, em uma análise mais profunda, nota-se que o ambiente universitário é um ambiente muito mais complexo do que apenas um local de aprendizagem cognitiva. Darcy Ribeiro, por exemplo, em seu livro “A universidade necessária”, afirma que o ambiente universitário deveria romper com a ideia de simples formação de profissionais e investir na capacidade de criação, reflexão e atuação dos alunos, de modo a capacitá-los para criticar o contexto social e seus mecanismos de dominação. (Souza, 2012)

Ao adentrar na educação superior, o que se percebe é que o ambiente acadêmico proporciona muito mais do que um simples acúmulo de conhecimento por parte do indivíduo. De maneira geral, o período de graduação proporciona uma série de experiências novas que são interpretadas pelos indivíduos de formas diferentes, de acordo com sua singularidade e sua construção subjetiva.

Ainda, a universidade pode ser considerada como ambiente social heterogêneo, pois proporciona a interação sistemática de alunos de diversas raças, culturas e segmentos da sociedade. No entanto, essa interação pode ser tanto fomentadora de criação de uma visão social crítica, quanto mantenedora de padrões pré-concebidos. (Neves & Silva, 2019)

Nesse sentido, ambiente universitário pode interferir na construção da identidade negra, pois é permeada pelos valores culturais. O contato com o diferente tanto pode valorizar as identidades do negro e sua cultura quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (Gomes, 2003). Dessa forma, as experiências vivenciadas no espaço acadêmico irão produzir multiplicidades de sentidos que serão incorporados pelo sujeito, podendo alterar suas construções subjetivas sobre sua identidade e seu sentimento de pertencimento nesse grupo social de referência.

Ainda, a universidade, como instituição escolar, tem papel importante na formação das novas gerações, podendo e devendo ser ativa na construção de meios que possibilitem um olhar crítico sobre formas de preconceito vigentes e em uma possível transformação social (Madureira & Branco, 2012).

Raça e Racismo no Brasil

Etimologicamente, o conceito de raça foi primeiramente utilizado na Zoologia e na Botânica com a finalidade de classificar as espécies de animais e vegetais. No entanto, na época medieval, esse conceito foi utilizado para designar grupos de pessoas possuíam características físicas em comum e que, por esse motivo, teriam um mesmo ancestral. Em 1684, raça foi utilizada pela primeira vez em seu sentido moderno, para classificar os seres humanos em grupos com características físicas distintas. No século XVI, o conceito passou a atuar fortemente nas relações sociais, quando os Francos se consideravam como sendo uma raça distinta e superior aos Gauleses, utilizando desse conceito para subjugar seus “inferiores”. Deste modo, o conceito de raça foi retirado da Botânica e da Zoologia e aplicado nas relações sociais como forma de legitimar as ações de dominação, sem levar em conta que não havia diferenças morfológicas ou biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes às diferentes classes criadas (Munanga, 2004).

Posteriormente, a ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica) veio a concluir que raça não é um conceito operante para explicar a diversidade humana e para dividi-la. Em outras palavras, os indivíduos ou populações possuem patrimônios genéticos diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para

classificá-las em raças diferentes (Munanga, 2004). No entanto, quando esse conceito passou a ser atribuído aos seres humanos, ele adquiriu elementos de ordem política e cultural, ou seja, a divisão por raças não tinha apenas o objetivo classificar, mas de hierarquizar ou estabelecer uma escala de valores entre elas. Sendo assim, ele passou a ser um fundamental para analisar as relações de discriminação, especialmente aquelas que colocam grupos com as características físicas diferentes, como os negros, indígenas e mestiços, em posição de inferioridade (Neves & Silva, 2019).

Esse pensamento remete ao período em que o Brasil era uma colônia. Os portugueses impuseram seus valores e crenças sobre os demais povos, subjugando-os ou escravizando-os. Nesse sentido, o termo raça era utilizado como pretexto para justificar suas ações, agrupando os humanos de características parecidas e julgando-os como “raças inferiores”.

Após a abolição da escravidão no Brasil, os negros foram abandonados à própria sorte, sem qualquer apoio social ou legal. Desta forma, para muitos a liberdade foi um caminho direto para a pobreza e a marginalização. (Gomes, 2007 como citado em Madureira & Branco, 2012, p.141). Por esse motivo, muito grupos foram criados em busca de reivindicar melhores condições e uma inserção social para a população negra. Entre eles, destaca-se o papel do Movimento Negro, que se manifestou de maneira expressiva dentro do espaço político brasileiro, buscando políticas públicas de promoção à igualdade racial e de valorização da cultura negra (Neves & Silva, 2019).

Como exemplos das conquistas do Movimento Negro, podemos citar a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, que representou de forma concreta que as reivindicações do movimento estavam sendo ouvidas e que, a partir desse momento, a temática racial passaria a fazer parte dos órgãos governamentais (Neves & Silva, 2019).

Além desse protagonismo interno, o Brasil também sofreu uma forte influência de entes internacionais. Em 2001, durante a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, em Durban na África do Sul, o Brasil assumiu internacionalmente que é um país racista e comprometeu-se a implementar políticas concretas para superação desse tema. A partir desse marco, muitas políticas afirmativas foram criadas em prol do enfrentamento da desigualdade racial, entre elas a Lei nº 10.639/03, que estabelece o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica; a Lei nº 12.288/10, que

instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei nº 12.711/2012, que ficou conhecida como Lei de Cotas (Nascimento, 2020).

O Sistema de Cotas Raciais no Brasil

Como já mencionado, o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais e raciais, e fica a cargo do governo brasileiro propor ações afirmativas e da sociedade civil cobrá-las e fiscalizá-las. O objetivo dessas políticas é de para tentar diminuir as desigualdades e garantir os direitos de grupos excluídos de acesso e participação em todos os setores da sociedade.

Quanto as políticas afirmativas voltadas para o acesso ao ensino superior, temos, em destaque, as seguintes construções: o Projeto de Lei nº 3.627 de 2004, que “instituiu o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior”; o Projeto de Lei nº 546/2007 (posteriormente transformado em Projeto de Lei nº 3.913/2008), que instituiu “o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação superior, profissional e tecnológica”, e o Projeto de Lei nº 344/2008, que apresentou o plano de instituir “reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos”. (Rosa, 2014)

Apesar de inúmeras críticas e de ações de inconstitucionalidade junto à justiça, muitas universidades aderiram aos projetos, empregando algum tipo de ação afirmativa de ingresso para esses estudantes, o que oportunizou à uma parcela da população, que usualmente era excluída, o ingresso no ensino superior e, potencialmente, uma melhoria na sua condição de vida (Neves & Silva, 2019).

Mesmo com esses avanços e com diversos projetos criados, nenhum deles foi efetivamente transformado em lei. Até que, em 2008, o Projeto de Lei nº 180/2008, buscou sintetizar as ideias apresentadas nos projetos antecessores, visando atender a população de baixa renda, egressa do ensino público, negros, pardos e indígenas. Assim, após um amplo e longo processo de discussão na sociedade (nas esferas civil, política e jurídica), no ano de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, que passou a ser conhecida como a Lei de Cotas (Rosa, 2014).

A Lei em questão se configura como uma tentativa de mudar o perfil dos ingressantes nas instituições de ensino superior, decretando que 50% das vagas nos

processos seletivos das instituições federais de educação superior sejam reservados para estudantes que tivessem cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas. Dentre eles, 50% deveriam ser destinadas aos estudantes cuja família possuísse renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. Por fim, instaura que as vagas reservadas pela lei, deveriam ser preenchidas por negros, pardos, indígenas e por pessoas com deficiência, obedecendo à proporção desses grupos em sua unidade da federação, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Lei nº 12.711, 2012).

Dessa forma, a lei se torna um marco das políticas afirmativas em prol da igualdade racial, tentando reparar ou compensar as desigualdades entre negros e brancos, promovendo acesso a população que, historicamente, sempre esteve sub-representada na educação superior. Ainda, essa ação fomentou o debate nacional sobre o racismo e a discriminação racial, inclusive levantando reflexões sobre o pertencimento o determinado grupo étnico-racial (Marques, 2018).

Essa mudança significativa na composição de cor e raça dos estudantes das universidades brasileiras foi quantificada pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE). O fórum realiza pesquisas periódicas de levantamento de dados do perfil dos estudantes presentes nas instituições federais de ensino superior. Em sua pesquisa mais recente, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior, foi destacado a ampliação da população negra nas universidades. Ela apresentou que, em 2003, 59,4% dos estudantes eram brancos, enquanto 28,3% eram pardos e 5,9% pretos. Em 2010, já com algumas políticas afirmativas em ação, os estudantes brancos correspondiam a 53,9%, enquanto 32,1% eram pardos e 8,7% pretos. Já em 2018, 6 anos após a Lei de Cotas, os estudantes brancos correspondiam a 43,3%, enquanto 39,2% eram pardos e 12,0% pretos (FONAPRACE, 2018).

Apesar disso, ainda hoje o sistema de cotas é bastante contestado. Um dos argumentos dessa contestação é o mito da democracia racial, que busca consolidar no imaginário social a ideia de que não há racismo no Brasil. A expressão democracia racial surgiu no país em 1920, vindo a ter seu ápice em 1960, quando diversos discursos por parte de intelectuais pregam a crença de haver harmonia, igualdade e respeito entre raças. Essa ideia repercutiu de forma nacional e internacional, pregando a concepção de não havia, no Brasil, qualquer barreira que impedissem a ascensão social de negros para posições de riqueza e prestígio. (Neves & Silva, 2019).

No entanto, a democracia racial não passa de um mito, que acabou mantendo o racismo no Brasil a partir da negação dele (Souto, 2020). Dessa forma, sob a bandeira da democracia racial, o racismo se manteve intacto e nenhuma medida política foi tomada para buscar corrigir as desigualdades raciais (Neves & Silva, 2019).

Seguindo essa falsa ideia de que existe uma igualdade racial, muitos brasileiros acreditam que uma concorrência ampla, se qualquer intervenção política, seria o meio mais justo de acesso ao ensino superior. Contudo, ignoram que essa é uma falsa competição entre negros e brancos, pois os negros encontram-se em desvantagem histórica no acesso aos bens públicos e privados. Logo, o mérito deixa de ser o único critério para o indivíduo conseguir acesso ao ensino superior, pois, nessa competição desigual, o negro deve fazer um esforço muito maior para obter sucesso e quando não o alcança, o seu fracasso é atribuído às suas próprias deficiências (Silva, 1994 como citado em Neves & Silva, 2019, p.164).

A Identidade Negra em Discussão

Podemos compreender a identidade como um processo de construção de individualidade, no qual o sujeito realiza processos de comparação com outras pessoas e grupos diversos, reconhecendo em si semelhanças e diferenças com estes. (Galinkin & Zauli, 2011). Portanto, ele está relacionado com o sentimento de pertencimento e a sensação de identificação a um determinado grupo social (Woodward, 2000). Esse processo é influenciado pela subjetividade do próprio sujeito (suas experiências prévias e sua maneira singular de concebê-las) e pelo modo como a cultura e momento histórico atribuem significados às diferentes identidades.

Dentre as múltiplas identidades sociais que constituem o sujeito, destaca-se, nesse artigo, a identidade étnico-racial negra. De forma comum às demais identidades, a identidade negra é entendida como uma construção plural, permeada por aspectos individuais, sociais, históricos e culturais. Ela implica na construção de um olhar do sujeito sobre si mesmo e sobre os grupos étnico-raciais, de modo a criar uma relação de identificação e pertencimento a determinado grupo (Gomes, 2003).

Portanto, a construção da identidade negra passa pela percepção do negro sobre si mesmo, da sua relação com as demais pessoas negras e pela forma como a sociedade e a cultura representam os negros, em seu momento histórico. Nesta linha, a história brasileira é marcada por um passado colonial e escravocrata, no qual o português impôs os seus valores e crenças sobre os demais povos. Indo mais além, a autora Souto (2020)

apresenta que os colonizadores impuseram separações entre os povos por meio da criação de categorias hierárquicas, nas quais os europeus eram os civilizados, enquanto os povos indígenas das américas e os africanos escravizados era como espécies não-humanas. Esse processo de desumanização servia de justificativa para diversas ações cruéis e está intimamente ligado aos processos raciais atuais (Souto, 2020). Sendo assim, desde o início da história brasileira, os valores e referências eurocêntricos ganharam destaque e tudo aquilo que não se enquadra neles sofre discriminação e preconceito. Nesta linha, as características físicas do negro, principalmente a cor da pele, o formato do nariz e da boca e a textura dos cabelos são amplamente estigmatizados, desqualificados e inferiorizados. (Marques, 2018).

Neste sentido, Gomes (2003) destaca o quanto é desafiador para os negros brasileiros construir uma identidade negra que seja positiva, pois ele é constantemente ensinado por sua cultura que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, suas origens, sua cultura e suas características fenotípicas.

Contudo, o processo de criação da identidade negra é dinâmico e contínuo, podendo ser modificado a partir do contato do sujeito com outros grupos e espaços sociais. Dessa forma, esse processo também é construído durante a trajetória acadêmica das pessoas negras. No contexto universitário, os negros deparam-se com maneiras como o outro qualifica o seu pertencimento racial, sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética. Sendo assim, esse contato com o outro pode contribuir para um olhar positivo sobre a sua negritude ou estigmatizá-la. (Gomes, 2003)

Universidade como Promotora de Desafios e Recursos na Construção da Identidade Negra Positiva

Ao entender o ambiente universitário como um campo complexo, percebemos que ele é capaz de proporcionar diversos tipos de experiência, que podem vir a se tornar promotoras de qualidade de vida ou de adoecimento. Além disso, muitos alunos que ingressam no ensino superior encontram-se no período final de sua adolescência, ou seja, também têm experienciado as dificuldades físicas e psicológicas comuns desta etapa do desenvolvimento. Dessa forma, o estudante pode ainda estar criando uma visão de si e uma forma de se posicionar diante do mundo. Portanto, o ambiente universitário e as experiências por ele proporcionadas podem ter uma influência fundamental na formação identitária desses indivíduos (Santos & Almeida, 2001).

Muitas dessas experiências advêm do ambiente social heterogêneo do ensino superior, no qual existe a interação sistemática de alunos de diversas raças, culturas e segmentos da sociedade (Neves & Silva, 2019). No entanto, o convívio com o diferente nem sempre gera resultados positivos. Em alguns casos, esse contato ocasiona conflitos culturais, que se demonstram como formas de exclusão, preconceito, racismo, bullying e violência.

Erving Goffman (1891) nos explica que a sociedade busca categorizar as pessoas a partir de atributos comuns entre elas. A partir daí, o estigma surge quando o outro tem um atributo que o torna diferente dos demais dessa categoria, sendo então excluído e visto como inferior, menos desejável ou, até mesmo, perigoso. Assim, devido à valorização da cultura eurocêntrica, a população negra foi (e ainda é) estigmatizada e, portanto, é, frequentemente, segregada do restante da sociedade, sendo discriminada por não apresentar as características associadas simbolicamente à branquitude.

A universidade, como instituição social, usualmente, tende a reproduzir as construções simbólicas sociais, tencionando seus estudantes negros que tem vivem em uma sociedade que os estigmatizam e tenta excluí-los. Sendo assim, muitas das experiências desses alunos podem contribuir para o enfraquecimento da identidade negra, ou seja, para a construção de uma identidade negra negativa, na qual o indivíduo busca negar-se a si mesmo, suas origens e suas características físicas, para tentar se enquadrar no padrão eurocêntrico estabelecido (Marques, 2018).

Por outro lado, o ambiente universitário também é capaz de gerar fortalecimento da identidade negra, a partir do encontro com uma perspectiva positiva sobre ela, por meio dos seus espaços de convivência, atividades acadêmicas e geração de conhecimentos amplos e críticos. A própria relação do estudante com os demais alunos ou com seus professores pode vir a se tornar uma rede afetiva e de apoio, contribuindo para a construção de uma identidade negra positiva.

Diante desse cenário, o ambiente universitário tem atuado em atividades extraclasse, sendo elas coletivas, esportivas, culturais, grupos de estudo ou projetos de extensão. Em muitas dessas atividades, os alunos são colocados como protagonistas do seu próprio processo de aprendizagem, estudando e trabalhando com temas de seu próprio interesse. Em outras delas, a própria universidade propõe temas considerados como de relevância social, entre elas, temáticas relacionadas à diversidade étnico-racial e de combate à discriminação racista.

Nesta linha, podemos citar a Universidade Federal da Grande Dourados, que possui um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), que visa atuar nas áreas de pesquisa, ensino e extensão com temáticas relacionadas à diversidade étnico-racial e ao combate ao racismo. Além disso, esse núcleo promove materiais de divulgação, eventos, encontros e seminários sobre as temáticas que afetam negros e negras. (Portal UFGD, 2020)

Outro exemplo é a Universidade de Brasília (UnB) que criou, em 2006, o Centro de Convivência Negra (CCN), que é um ambiente institucional multidisciplinar responsável por promover dinâmicas e atividades relacionadas à população negra e grupos afins no espaço universitário. O centro promove atividades acadêmicas temáticas raciais, atua em atividades de pesquisa e extensão, promove atividades de esporte, arte e cultura e reforça a permanência de estudantes negros na universidade. (Portal UnB, 2020)

Já a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) coordena o curso de extensão “Estratégias e ações para um currículo antirracista” direcionado para alunos de licenciatura e professores da rede municipal. O curso visa capacitar os profissionais e alunos para a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira, conforme Lei nº 10.139/2003, em suas práticas profissionais. Ele abarca uma bagagem teórica sobre conceitos como identidade, raça, racismo, mestiçagem e branquitude e, também, aborda materiais didáticos que podem ser usados em sala (Neves, 2018).

Essas ações são de fundamental importância para a possibilidade de criação de uma identidade negra positiva. Esse fato foi evidenciado no estudo realizado por Marques (2018), que utilizou um questionário on-line com mais de 180 acadêmicos ingressantes pelo sistema de cotas na Universidade Federal da Grande Dourados e ainda contou com entrevistas presenciais com 6 deles. Como resultado, a autora apontou que os estudantes universitários negros que estavam envolvidos com disciplinas, grupos de extensão, grupos de pesquisa de iniciação científica, grupos de estudos ou em eventos que discutiam a temática das relações étnico-raciais população negra tiveram um maior fortalecimento em termos identitários. Sendo assim, a discussão sobre a temática, no ambiente acadêmico, serviu como um recurso que contribuiu para promover nesses estudantes o fortalecimento da sua identidade negra, ou seja, uma valorização da cultura e das características negras.

Nessa mesma linha, podemos citar o estudo realizado por Reis (2007), que se propôs discutir as ações afirmativas e as estratégias de acesso e permanência da

população negra na Universidade Federal da Bahia. Para isso, a autora aplicou 101 questionários para compreender o perfil dos estudantes da universidade e as dificuldades que enfrentavam os alunos cotistas. Entre os resultados, a autora levantou que estudantes que adquiriram conhecimentos acerca do significado de reparação das ações afirmativas, estavam mais propensos a se identificarem como cotistas e a construir uma identidade negra positiva. Portanto, o estudo demonstrou a importância de ações de educativas voltadas para população negra e de estratégias específicas que contribuíssem para a permanência dos estudantes negros, muitos de baixa renda, como as desenvolvidas pelo Núcleo de Estudantes Negros Universitários (NENU) da própria UFBA.

Para pensar o preconceito de forma teórica, podemos utilizar como embasamento a psicologia histórico-cultural. Ela nos elucida que, no processo cultural de construção de significados, as diferenças possuem lugar de destaque. Para melhor compreensão podemos utilizar uma metafórica inspirada na citologia, na qual os grupos sociais são como células diferentes, separadas por uma fronteira ou barreira simbólica, construída historicamente (Souto, 2020). Usualmente, a fronteira que separaria esses grupos seria semipermeável, mantendo um certo tipo de interação entre eles. Ainda mantendo essa metáfora, poderíamos entender o preconceito como um fenômeno de fronteira, no qual essa fronteira simbólica se torna rígida, impedindo uma interação saudável entre os grupos e abrindo caminho para a práticas discriminatórias (Madureira & Branco, 2012).

Nesta linha, para construção de uma sociedade menos preconceituosa, precisamos tornar mais flexível a fronteira simbólica que separa os grupos sociais diferentes. Normalmente, as instituições sociais e escolares são orientadas para a manutenção das práticas sociais vigentes, por vezes, produzindo e reproduzindo as relações preconceituosas arraigadas no sistema cultural brasileiro. No entanto, as próprias instituições escolares possuem um papel fundamental na formação das novas gerações, ou seja, é dentro delas que reside a possibilidade de transformação social. Portanto, cabe a elas e aos atores sociais envolvidos nos processos educativos a construção de estratégias que promovam reflexões críticas e discussões abertas sobre as formas de preconceito vigentes, de modo a possibilitar a construção de um projeto de sociedade mais justo e democrático. (Madureira & Branco, 2012).

Considerações Finais

Apesar da sua diversidade cultural, a sociedade brasileira é culturalmente marcada por valores e visões que desqualificam a população negra, sua origem, sua cultura e suas características físicas. Essa visão foi construída historicamente, desde a época do colonialismo e da escravidão, quando o português impôs os seus valores e crenças sobre os demais povos. Logo, há uma construção simbólica negativa relativa ao grupo étnico-racial negro na cultura brasileira, decorrente dessa construção histórica de negação, desprezo e medo de tudo que se relaciona diretamente a herança ancestral africana (Neves & Silva, 2019).

Na busca por inserção social, o Movimento Negro se destaca como força política, buscando políticas públicas de promoção à igualdade racial e de valorização da cultura negra. Dentre essas conquistas, podemos citar a Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas. Ela se tornou um marco das políticas afirmativas em prol de igualdade racial, levando oportunidade de ensino à uma parcela da população que usualmente era excluída do ensino superior e, potencialmente, uma melhorara na sua condição de vida (Neves & Silva, 2019).

Contudo, ainda hoje, o sistema de cotas é bastante contestado, sob a bandeira do mito da democracia racial, que prega uma igualdade racial ilusória. Pensando nisso, a própria criação desse mito exemplifica as diversas formas como o racismo ainda atuam no país, por vezes de forma explicitamente violenta e direta, outras vezes de forma sutil e velada (Neves & Silva, 2019).

A construção de uma identidade é, necessariamente, relacional, pois ela se constitui a partir da interação entre pessoas e grupos diversos. Essa interação está envolta de valores simbólicos, histórico e culturais, que influenciam o sujeito de forma material e social. (Woodward, 2000). Sendo assim, para a compreensão da construção da identidade negra, é necessário compreender como o ambiente cultural em que o indivíduo está inserido simboliza a identidade e a própria negritude. Nesta linha, Gomes (2003) destaca o grande desafio para as pessoas negras no Brasil construírem uma identidade negra de forma positiva, pois são constantemente ensinadas no contexto cultural que se encontram inseridas a negar-se a si mesmas, suas origens e sua cultura.

O ambiente universitário é um ambiente social complexo, permeado pelos valores culturais, e capaz de proporcionar uma gama de experiências aos seus frequentadores. Sendo assim, as experiências ali vividas podem influenciar a visão de vida dos alunos, podendo contribuir para o enfraquecimento da identidade negra -

construção de uma identidade negra negativa, na qual o indivíduo busca se enquadrar no padrão eurocêntrico, negando a si mesmo, ou para o seu fortalecimento – construção de uma perspectiva positiva de valorização da cultura e das características negras.

Estudos como o de Marques (2018) e Reis (2007) têm mostrado que estudantes universitários negros envolvidos em atividades educativas voltadas para a temática das relações étnico-raciais têm um fortalecimento da sua identidade negra. Sendo assim, o ambiente acadêmico pode contribuir como recurso valioso na construção de uma identidade negra positiva e na valorização da cultura e das características negras. No entanto, para isso, faz-se necessário que as instituições de ensino superior assumam esse papel de problematização, reconstrução e discussão sobre a identidade negra, fomentando a criação de atividades acadêmicas, grupos de extensão, grupos de pesquisa de iniciação científica, grupos de estudo, eventos, entre outras ações, que discutam a temática das relações étnico-raciais (Gomes, 2013).

De forma análoga, Madureira e Branco (2015) destacam a importância da promoção de reflexões e discussões no ambiente escolar sobre as diferentes formas de discriminação e preconceito, como forma de construção de uma cultura democrática que valorize a diversidade. Ainda, as autoras destacam que não falar sobre esses temas corrobora para que eles continuem sendo reproduzidos sem maiores questionamentos. Na mesma linha, a autora Souto (2020) aponta que, para a desconstrução de estruturas discriminatórias enraizadas, é fundamental a criação de espaços dialógicos, nos quais as pessoas tenham liberdade de narrar suas vivências, sem a preocupação de como elas são vistas pelas normas vigentes.

Desta forma, fica claro que quando há um apoio social e institucional, torna-se menos desafiador para as pessoas negras construírem uma identidade negra positiva. Com isso, os negros podem passar a valorizar a sua origem, sua cultura e suas características físicas e agir como protagonistas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este artigo trouxe, através da discussão teórica desenvolvida, alguns exemplos de meios pelos quais as universidades podem contribuir para a construção de uma identidade negra positiva. Dessa forma, sugere-se a realização de pesquisas futuras, a utilização de pesquisas empíricas com viés qualitativo, buscando compreender por meio do contato direto com os próprios estudantes negros como o ambiente universitário influenciou seu processo identitário.

Segundo Madureira e Branco (2012), o conhecimento científico tem o compromisso ético de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido, espera-se que este artigo tenha contribuído para a discussão do racismo no Brasil e as diversas formas de combatê-lo, inspirando psicólogos e acadêmicos das demais áreas a continuarem pesquisando e construindo conhecimento sobre o tema, visando a construção dessa sociedade justa e democrática.

Referências Bibliográficas

- FONAPRACE (2018) V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Brasília
- Galinkin & Zauli (2011). Identidade social e alteridade.
- Goffman, E. (1981) *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Quarta edição. LTC.
- Gomes, N. L. (2003). Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo: USP, 29 (1), p. 167-182.
- González Rey, F. & Bizerril, J. (2015). *Saúde, cultura e subjetividade: uma referência interdisciplinar*. Brasília: UniCEUB
- González Rey, F & Mitjáns Martínez, A. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas: Alínea.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. *Diversidade e cultura da paz nas escolas*. 125-155.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, 23 (3), 577-591.
- Marques, E.P.S. (2018). O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação*, 23,1-23.
- Munanga, K. (2004) Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. (Org) *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Ed. UFF: Niterói-RJ.

- Nascimento, A.S. (2020). O que são e como surgiram as políticas afirmativas? [Matéria de site]. Retirado de: <http://simaigualdaderacial.com.br/site/?p=2912>
- Neves, L. 2018. Projeto de extensão ajuda professores a combater o racismo em sala de aula. [Matéria de site]. Retirado de: <https://www.ufes.br/conteudo/projeto-de-extens%C3%A3o-ajuda-professores-combater-o-racismo-em-sala-de-aula>
- Neves & Silva (2019). O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. *Revista Educar Mais*, 3(2).
- Portal UFGD (2020, 28 de outubro). O Núcleo. [Matéria de site]. Retirado de: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/neab/index#:~:text=O%20NEAB%2FUFGD%20atua%20na,negras%2C%20especialmente%20Afro%2Dbrasileiras.>
- Portal UnB (2020, 28 de outubro). Centro de Convivência Negra. [Matéria de site]. Retirado de: http://www.ccn.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2:ccn&catid=2&Itemid=373
- Reis D. B. (2007) Acesso e Permanência de Negros(as) no Ensino Superior: o caso da UFBA. *Acesso e Permanência de Negros(as) no Ensino Superior*. 1, 49-70.
- Rosa, C. M. (2014) Políticas afirmativas para acesso à educação superior brasileira: história e embates.
- Santos, L. & Almeida, L. (2001). Vivências acadêmicas e rendimento escolar: estudo com universitários do 1 ano. *Análise Psicológica*, 2(19), 205-217.
- Souto, L. T. (2020) Feminilidades e Negritudes nas Telas: Diálogos entre a Psicologia e o Cinema. (Monografia). Centro Universitário de Brasília.
- Souza, S. C. (2012). O pensamento-ação de Darcy Ribeiro e a universidade brasileira: repensando a universidade necessária. (Tese Pós-Graduação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.